

“¿ESTAMOS PREPARADOS PARA EL CAMBIO?”, A REVISTA *TRIUNFO* E O FINAL DO FRANQUISMO

Patrícia Dyonisio de Carvalho
Jornalista e Acadêmica do Curso de Graduação em História (PUCRS)
E-mail: patriciadyonisio@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar o texto “¿Estamos preparados para el cambio?” escrito pelo psiquiatra José Aumente e publicado pela revista espanhola *Triunfo*, em abril de 1975. Pretende-se, dessa forma, observar como a publicação enfrentou o regime e de que maneira a palavra foi utilizada como resistência intelectual a Francisco Franco.

Triunfo é apenas um exemplo dentre tantos veículos que assumiram o papel de esclarecer os espanhóis sobre o quadro sócio-político de uma Espanha marcada por divergências ideológicas. Através de textos metafóricos, a revista transpõe parte da censura imposta tanto pela lei de imprensa de 1938 quanto pela de 1966.

Palavras-chave: Franquismo, Espanha, Transição Democrática.

INTRODUÇÃO

O final da Guerra Civil espanhola, em 1939, deu início à ditadura de Francisco Franco. O franquismo, como foi chamado o regime de orientação totalitária, permaneceu em vigor até a morte do ditador, em 20 de novembro de 1975. Este período foi de determinante importância para a imprensa, principalmente, no que diz respeito à liberdade de expressão.

Duas leis de imprensa foram criadas durante os 36 anos de governo de Franco: a lei de Serrano Suñer, em 1938, e a lei de Manuel Fraga Iribarne, em 1966. Com a primeira, foi instaurada a censura prévia, que restringiu ao máximo a liberdade dos meios de comunicação social. A legislação de 1966 terminou com a maior parte das decisões impostas por Suñer

(inclusive com a censura prévia), mantendo apenas a obrigatoriedade de que todo conteúdo publicado deveria estar de acordo com as Leis Fundamentais do Movimento Nacional.

É neste contexto que se insere o artigo que será analisado. Em abril de 1975, o psiquiatra José Aumente escreveu o texto “¿Estamos preparados para el cambio?” para a revista *Triunfo* – publicação de resistência intelectual ao franquismo. O artigo em questão é o responsável pela suspensão e multa do veículo, em setembro do mesmo ano.

Dessa forma, o objetivo é analisar de que modo o artigo da *Triunfo* critica o regime vigente e, mais ainda, antecipa o processo de transição democrática, iniciado em novembro de 1975, com a morte de Franco. Para isso, será necessária uma contextualização da história da Espanha durante o franquismo e da história da revista *Triunfo*, a fim de explicar em qual contexto tal artigo foi publicado e por que sua publicação ocorreu na revista em questão.

A IMPRENSA E O FRANQUISMO

As consequências da Guerra Civil espanhola (1936-1939) permaneceram como herança para o início da ditadura de Franco (1939-1975). Politicamente, um dos piores legados foi o da perseguição aos apoiadores da República, e o principal instrumento utilizado nesse controle foi a imprensa. De acordo com Justino Sinova:

El franquismo recordó, con los hechos, su victoria y humilló a sus enemigos. Para eso le sirvió la Prensa, que utilizó como un arma de agresión. Los nombres perseguidos por la Prensa durante la primera etapa del franquismo forman una larga lista. En ella están, en primer lugar, los enemigos políticos que permanecieron al lado de la República; para ellos hubo con frecuencia el insulto más inconcebible (SINOVA, 2006: 231).

O franquismo teve, durante praticamente todo seu governo, três importantes pilares de sustentação político-constitucionais: a Igreja Católica, o Exército e a FET e as JONS*. Além disso, o regime foi considerado uma modificação (com características bastante peculiares**)

* Com relação tanto à Igreja Católica quanto ao Exército, é importante lembrar que não foram todos os setores ou todos os participantes de ambas as instituições que defenderam o franquismo e suas políticas. A Falange Espanhola Tradicionalista (FET) e as Juntas de Ofensiva Nacional Sindicalista (JONS) foram criadas em 19 de abril de 1937, após a união da Falange Espanhola e dos carlistas. A FET e as JONS foi considerada o partido do Estado.

** As características citadas serão apresentadas ao longo do artigo.

dos regimes nazi-fascistas, existentes na Europa, e, por este motivo, levou o nome de seu criador, Franco.

Apenas a partir de 1957, com o reajuste ministerial, a população começaria a perceber sinais de melhora nas condições de vida e trabalho (ambas muito ruins desde o final da guerra), benefício obtido por meio das primeiras modificações econômicas frente ao fracasso da autarquia^{***} (e o início da liberalização da economia). Havia chegado o momento de adaptar a política econômica espanhola aos moldes das existentes no mundo ocidental, sem intervenção estatal. Nesse sentido,

A finales de los años cincuenta la economía de la autarquía estaba en crisis: la sustitución de importaciones, como siempre ocurre, se quedó sin combustible; las nuevas industrias requerían la importación de bienes de capital que no se podían adquirir con las exportaciones de una economía protegida de alto costo (CARR, 2003: 707).

Diante da visível modernização da sociedade espanhola e do aumento dos conflitos, o Ministro da Informação e Turismo Manuel Fraga Iribarne percebeu que o país não poderia seguir utilizando as imposições feitas durante a Guerra Civil como leis*. A partir desse momento, foi necessária uma adaptação das concepções políticas fascistas (principalmente dos triunfalistas de 1936) à dinâmica de uma sociedade democrática (MORADIELLOS, 2000: 53).

Foi nesse contexto que, em 15 de março de 1966, as Cortes espanholas aprovaram, com três votos contra um, a nova Lei de Imprensa, que tinha como principal objetivo suspender o controle prévio e o regime de consignas, ambos amplamente utilizados desde a publicação da lei de 1938:

La Ley constituyó un gran paso adelante y, como siempre, su efectividad aperturista dependería no solamente de las posteriores disposiciones reglamentarias, sino del talante interpretativo de las autoridades que, sin

^{***} A economia autárquica é caracterizada por ser autossuficiente e regulada por intervenção estatal.

* Um exemplo disso foi a lei de imprensa de 1938, criada por Serrano Suñer, cerceou grande parte das liberdades de expressão dos meios de comunicação, por meio da censura prévia. A legislação, considerada de caráter totalitário, submeteu o exercício da profissão a limites bastante restritos. A decisão foi uma das principais bases legais para que fosse possível colocar em prática o rígido controle da informação, que experimentou poucas mudanças até a promulgação da nova lei, apenas em 1966.

duda, fue más bien restrictivo en el uso de los controles que el texto ponía a su disposición (GRECIET, 1996: 122).

Somente a partir de então a população espanhola passou a perceber tanto problemas na economia quanto na política, pois, até 1966 “la censura ha sido una cadena en las manos y una venda sobre la boca, pero también un látigo sobre las espaldas y una mordaza en el cerebro” (SINOVA, 2006: 174). Por outro lado, havia as torturas e as execuções que continuaram acontecendo sem o conhecimento público.

Apesar de ser um avanço à lei de 1939, a legislação também era bastante restritiva. Esta se encontrava discriminada no segundo artigo, o qual limitava a liberdade de expressão às Leis de Princípios Fundamentais do Movimento e às demais leis fundamentais. Dessa forma, apesar de os meios de comunicação serem livres para escrever o que desejassem, continuavam impedidos de tratar sobre determinados temas, caso contrário, sofreriam represália. Com relação à legislação de 1938, “[...] la ley de 1966 significó una mejora en las condiciones para el ejercicio informativo en el país, pero en el marco de una libertad bajo vigilancia”, afirma Enrique Ortiz (2000: 249).

A exigência de um título de jornalista para os profissionais da área foi outra determinação da nova lei. Tal exigência, se, por um lado possibilitou a revalorização da profissão; por outro, transformou em monopólio o que até então era um patrimônio universal, de forma que, não mais qualquer um poderia exercer a profissão. Corroborando com tal decisão e, na tentativa de formar profissionais cada vez mais respeitosos às leis franquistas, os professores universitários eram nomeados pelo Ministério da Informação e Turismo, o que passou a ser uma garantia de controle do regime sobre as novas gerações.

Assim, a lei de 1966 teve determinante influência no público leitor, visto que, em 1967, a população ainda demonstrava sinais de desconfiança em relação aos conteúdos nacionais, preferindo ler as notícias de fora do país e as páginas esportivas (DUEÑAS, 1969: 57)*. Um exemplo foi o da reação do público quando questionado sobre a proposta do anteprojeto da lei de imprensa: 70%, de um total de 1408 moradores da capital, afirmaram desconhecer tal

* É importante acrescentar que, em 1969, ano de publicação do livro, a Espanha ainda estava submetida à ditadura de Franco e, por esse motivo, a obra foi publicada na França.

proposta (INSTITUTO DE LA OPINIÓN PÚBLICA, 1965: 53).^{**} Isso mostra claramente a negação por parte de alguns às informações advindas dos jornais.

Ainda no mesmo ano, o Código Penal foi modificado e, a partir dessa mudança, as infrações do segundo artigo da lei de Imprensa passaram a ser perseguidas penalmente. O objetivo era controlar as publicações com informações falsas ou perigosas para a moral, os bons costumes, a defesa nacional e o Movimento Nacional (GRECIET, 1996: 123).

Outra importante consequência da modernização, iniciada em 1957, foi a Lei Orgânica de Estado^{***} promulgada apenas em janeiro de 1967, que tinha como principal mudança à diferenciação entre o chefe de Estado e o presidente do Governo. O primeiro cargo permanecia com o *caudillo*, mas, a partir daquele momento, passaria a ser necessária a escolha de outra pessoa para ocupar o segundo posto, que deveria ser escolhida pelo próprio ditador. Ainda no mesmo ano, Carrero Blanco passaria a ocupar a posição de presidente do Governo.

Economicamente, a Espanha dos anos 60 foi plenamente industrializada e, além disso, já possuía um importante setor de serviços, que proporcionou ao país uma intensa urbanização em contraponto a um expressivo êxodo rural. Esse processo foi determinante para que ocorresse uma quebra definitiva na hegemonia oligárquica ao mesmo tempo em que se tornou possível uma expansão das burguesias industriais e comerciais.

O chamado “milagre dos anos 60” teria curta duração até o ano de 1966, quando os problemas da Espanha se tornariam cada vez mais aparentes:

El triunfalismo estadístico de la que el propio Franco llamaba ‘nueva era’ no podía ocultar dos fallos. Mientras los salarios reales aumentaban, el ingreso no era redistribuido; la vieja brecha entre las ‘dos Españas’, entre el interior rural estancado y las regiones industrializadas del triángulo nororiental, las prósperas periferias vasca, levantina y catalana (CARR, 2003: 711).

^{**} Pesquisa realizada pelo Instituto de la Opinión Pública na cidade de Madrid, nos meses de junho e julho de 1964. É importante levar em consideração que o Instituto em questão era, na época, um órgão do regime franquista e fazia parte do Ministério da Informação e Turismo.

^{***} Tal lei dizia-se ‘orgânica’, visto que tinha suas bases firmadas em instituições regidas por indivíduos: na família, no município e no sindicato. Através do tripé, o governo afirmava que a ditadura não era mais como antes, pois, a partir da lei, a população passava também a governar e a ter voz ativa na sociedade.

Em julho de 1969, Francisco Franco propôs às Cortes a nomeação de Juan Carlos (jovem educado sob os preceitos franquistas) como príncipe da Espanha e sucessor de uma monarquia que daria continuidade aos princípios e instituições do Movimento Nacional. “Franco estava convencido de que todo había quedado ‘atado y bien atado’ (así lo declaró en su mensaje televisado de fin de año de 1969) y tenía plena confianza en que su régimen sobreviviría a su propia muerte [...]”, afirma Enrique Moradiellos (2000: 155).

Após o assassinato de Carrero Blanco em dezembro de 1973*, Franco concedeu a Carlos Arias Navarro a posição de presidente do Governo. Conhecido por sua dureza, o governante, diante da impossibilidade de continuar as ações de seu antecessor, tomou algumas medidas consideradas quase reformistas como, por exemplo, a eliminação de praticamente o restante da censura de imprensa, tolerando inclusive algumas críticas políticas contra o regime.

A fase final do regime franquista foi marcada por um avanço na economia, ao mesmo tempo em que se caracterizou por antagonismo entre as elites políticas do governo – principalmente após o final do ano de 1973. De um lado estava a linha dura, composta pelos *continuistas*; do outro, a linha flexível, representada pelos *reformistas* (defensores de uma contínua abertura). Conforme esclarece José Comellas:

Este proceso puede explicarse por causas internas: envejecimiento de Franco y de los más destacados hombres que hicieron victoriosamente la guerra; pero obedece igualmente a una crisis general – generacional también –, que, con centro en el año de 1968, afecta a casi todo el mundo occidental (COMELLAS, 1979: 402).

Em 20 de novembro de 1975 morreria Franco, deixando como seu sucessor e chefe de Estado o príncipe Don Juan Carlos de Borbón. A partir de então, a Espanha começaria uma fase de transição democrática, de uma ditadura para uma democracia. O franquismo não poderia conter os conflitos existentes, a tarefa de solucioná-los caberia à nova democracia.

Somente após a morte de Franco e o início da transição democrática, os meios de comunicação passaram a usufruir de uma maior liberdade (livrando-se, pelo menos, do controle repressivo do Estado, exercido pelo Movimento Nacional), o que não facilitou muito o exercício da profissão. Se antes os veículos tiveram que enfrentar a censura e a falta de

* O presidente do Governo foi assassinado em um atentado perpetrado pelo grupo terrorista basco ETA.

credibilidade, com a morte do ditador, a nova barreira foi a do desinteresse dos leitores sobre assuntos politizados e a consequente redução na distribuição de exemplares.

A REVISTA TRIUNFO

Durante a década de 60 existiram alguns impressos – periódicos e revistas – que se destacaram em Madri, principalmente pelo grande número de leitores que tiveram. Entre os jornais pode-se destacar o monárquico *ABC* (27%); o conservador e católico *Ya* (24%); *Pueblo* (18%) considerado integrante da imprensa Oficial e *Madrid* (15%) pertencente ao Opus Dei. No que diz respeito às revistas de maior público leitor salientam-se *Ondas* (9%), primeira revista espanhola de rádio e televisão sobre a atualidade do país; as que ganharam destaque na época por suas ilustrações: *Gaceta Ilustrada* (6%), *Blanco y Negro* (5%) e a *La Actualidad Española* (5%); e, por fim, a *Triunfo* (5%), de resistência intelectual ao franquismo (INSTITUTO DE LA OPINIÓN PÚBLICA, 1965: 26-27).

Esta última, a *Triunfo* foi considerada uma revista de resistência ideológica ao franquismo, embora não fizesse militância a nenhum partido em particular. Apesar de ter sido suspensa duas vezes, a publicação nunca foi interrompida definitivamente por Franco, pois, para informar o público, utilizava metáforas e linguagem codificada, o que dificultava a ação do governo. Sua importância esteve exatamente nesta questão: comunicar a população sobre o que acontecia no país e opinar criticamente diante das políticas governamentais. Por meio de tais códigos, foi possível tratar de diversos temas que o regime proibia, como, por exemplo, o exílio, o movimento obreiro, a cultura das nacionalidades, a cultura popular, os grupos marginalizados, entre outros.

A primeira edição da revista surgiu em Valência, em 2 de fevereiro de 1946, sob a direção de José Ángel Ezcurra. Inicialmente o trabalho era mais voltado à área cultural e esportiva; deu-se grande destaque ao cinema e ao teatro. Apenas dois anos depois, a redação mudou-se para Madri, onde viveu uma melhor fase, inclusive participou de grandes eventos e, por consequência, passou a ser referência no meio cinematográfico.

Em meados da década de 50, a revista entra em profunda crise financeira. Foi nesse contexto que, em 1962, a nova *Triunfo* surgiu, com a ajuda do Grupo *Movierecord** e edição da *Prensa Periódica S.A.*. Apesar da impossibilidade de mudança no nome – por questões publicitárias – a revista acrescentou, com o intuito de se diferenciar da antiga e de fazer referência ao firmamento cinematográfico (FONTES; MENÉNDEZ, 2004: 100), uma estrela de cinco pontas em cima da letra “i”:

La reforma ‘con estrella’ del logotipo condujo, con el tiempo, a convertirse en objeto de denuncia por parte de la reacción militante contra ‘la revista que en su cabecera lleva la estrella comunista de cinco puntas’; nunca respondimos, situándonos firmemente en una especie de asumida contraprovocación para no hacerle el juego al anticomunismo (EZCURRA, 1995: 388).

A inauguração da publicação não foi nada fácil, Ezcurra teve que enfrentar, como primeiro e principal empecilho, a falta de profissionais com Registro Oficial de Periodistas. Com a lei de Imprensa de 1938, essa norma passava a ser obrigatória para diretores de veículos – sendo muito bem vistos pelo governo jornalistas que não tivessem postos de chefia, mas que, mesmo assim, possuíssem o registro.

No final de 1966, a revista recebeu um “pedido” de Manuel Fraga Iribarne, Ministro da Informação e Turismo, para que fosse colocada uma foto de Franco junto à exposição da Lei Orgânica do Estado que iria à votação nos próximos dias. A solicitação foi negada pela direção, que mostrou apenas o texto na íntegra da norma. A partir de então, a publicação passou a ser mais vigiada, sofrendo a primeira multa poucos meses depois.

Apenas no final de dezembro de 1969, a *Triunfo* separou-se da *Movierecord*; com a mudança de direção, houve uma drástica redução de suas atividades em todas as áreas, inclusive na editorial. O futuro da publicação, diante dessa independência, era bastante incerto, principalmente com relação ao capital.

Sin alternativa, hube de optar por una solución casi artesanal: en el apoyo incondicional del equipo profesional que hacía la revista, algún crédito y la asistencia positiva de los más importantes proveedores – imprenta (Hausser

* A *Movierecord* foi um importante conglomerado de empresas relacionadas à publicidade ou comunicação, coordenadas pelo belga Jo Linten Gentil, instalado na Espanha desde a década de 40.

y Menet) y papel – que consistieron en concedernos plazos más amplios para un riguroso presupuesto de edición (EZCURRA, 1995: 503).

A chamada “era das luzes” da revista teve como subdiretor Haro Tecglen e como redatores chefes Víctor Márquez Reviriego e César Alonso de los Ríos. A diagramação mais “pop” passou a ter uma conotação mais séria, com maior quantidade de texto, nas suas iniciais 52 páginas. A alternativa encontrada para conseguir maior estabilidade financeira foi a da publicação de números extraordinários – sobre temas pouco comentados –, que contaram com maior número de páginas e maior preço.

A edição de 24 de abril de 1971 foi a primeira a chamar a atenção dos órgãos do governo, por se referir ao matrimônio como um comércio. Embora Ezcurra tenha tentado impedir que a *Triunfo* fosse punida, seus esforços foram inúteis, pois, em 25 de junho, aconteceu a primeira suspensão (por quatro meses) da revista, houve também o recebimento de uma multa de 250 mil *pesetas** – ambas máximas sanções previstas na lei de Imprensa**.

O período em que não se publicou um exemplar foi crucial para o agravamento da situação financeira da revista. Apenas em 6 de novembro de 1971, após cumprir os quatro meses de suspensão, a revista volta às ruas com o seguinte comunicado na página cinco, acima do sumário:

Triunfo, cumplida la sanción impuesta por el Consejo de Ministros, reaparece con este número. Damos las gracias a todos aquellos que se preocuparon por nuestra situación y esperamos que nuestros lectores continuarán otorgándonos la confianza de siempre. *Triunfo* se vende, desde este número, al precio de veinticinco pesetas. Esta subida, que somos los primeros en lamentar, era necesaria para el sostenimiento de la revista y trataremos de compensarla con un aumento de la información y del número de páginas (TRIUNFO, 1971: 5) [grifo do autor].

Não demorou muito até que escritores e jornalistas hispano-americanos começassem a ter interesse em escrever para a *Triunfo*. Dentre os principais colaboradores não espanhóis estavam Eduardo Galeano, María Esther Gilio, Gabriel García Márquez, Alejo Carpentier, Cristina Peri Rossi, Carlos Fuentes, Severo Sarduy, entre outros.

* A *peseta* foi a moeda em curso na Espanha desde outubro de 1868 até fevereiro de 2002, quando ela foi completamente substituída pelo Euro.

** Entre 1970 e 1975, o número de vezes que as publicações na Espanha sofreram sanções foi de 39, em veículos diários; e de 157, em não diários.

A cada ano, a linha editorial da revista assumia um discurso mais à esquerda ou, no conceito do governo, panfletária – ainda que a direção continuasse a negar qualquer posicionamento partidário. Dessa forma, em 26 de abril de 1975, as atenções da *Triunfo* voltaram-se para as primeiras eleições democráticas em Portugal^{***}, com a capa intitulada “Portugal elecciones” e o artigo “¿Estamos preparados para el cambio?” escrito pelo psiquiatra José Aumente, ligado à vida político-cultural desde os anos 1950 e colaborador da *Triunfo*. Isso foi encarado como uma provocação – principalmente por conta do contexto político (tardofranquismo) que estava sendo vivenciado pela Espanha – e, novamente, a publicação foi multada e suspensa (em setembro, retornando apenas em janeiro de 1976), sob alegação de infração ao artigo segundo da lei de Imprensa, que limitava a liberdade de expressão às Leis de Princípios Fundamentais do Movimento e às demais leis fundamentais.

A ESPANHA ESTAVA PREPARADA PARA A TRANSIÇÃO?

O título “¿Estamos preparados para el cambio?” e a primeira frase do artigo escrito por Aumente, na qual ele afirma que qualquer pessoa com o mínimo de consciência política dá-se conta de que a mudança é inevitável, apresenta o posicionamento político do psiquiatra. Ao utilizar, em abril de 1975, a palavra “mudança”, em espanhol “cambio”, o colaborador da revista estava deixando claro que, diante da crise econômica e política (incluindo a debilitação física pela qual passava Franco há mais de um ano) que voltavam a abater a Espanha, não tardaria até que o país sofresse uma mudança importante.

Ele não estava enganado, a transformação iniciou em novembro do mesmo ano, com a morte do ditador. Com a nomeação de Don Juan Carlos e a continuidade de Arias Navarro como presidente, iniciou-se um processo de transição democrática no país. Entretanto, mais importante do que essa “previsão” ou suspeita baseada no contexto espanhol, o artigo do psiquiatra engloba, no mesmo texto, diversos pontos relevantes, tanto relativos ao presente, quanto ao futuro da Espanha. Além disso, é relevante a análise de tal texto, pois, nele são

^{***} A *Triunfo* é apenas um exemplo de meio de comunicação que teve que fazer uso de uma linguagem diferenciada e da história de outros países para poder abordar o que acontecia na Espanha. Dessa forma, os textos tinham mais chances de passar pela censura e, posteriormente à Lei de Fraga, evitavam ser suspensos ou multados.

trabalhados conceitos e são dadas opiniões contrárias ao governo, o que, até então, era proibido.

Dentre esses tópicos, está a forma como Aumente refere-se ao franquismo, como muito mais do que uma ideologia, mas uma técnica peculiar de poder, não evolutiva. Tal definição é bastante agressiva, principalmente pelo fato de que, Franco, fazia questão de negar ter implantado uma ditadura*.

Além disso, no corpo do texto, utilizava palavras como “ruptura”, questionando, inclusive, até que ponto a população era consciente do que acontecia no país e, mais, se estava preparada para esta ruptura. Acrescentou que, após anos de despolitização, os espanhóis não estavam acostumados a se envolver em questões políticas.

Enumerou, também, “os demônios familiares”,* do seu ponto de vista: o desinteresse por problemas coletivos, o favoritismo (mecanismo utilizado para ascender socialmente), a corrupção e o triunfalismo (principalmente parte da burguesia, que acreditava que a solução dos problemas da Espanha estava no fascismo) que vai subjugando sem escrúpulos. Ainda afirmou que esses demônios são as virtudes que o franquismo propagou durante os 36 anos em que ficou no poder.

Acreditava ser possível diferenciar a Espanha oficial da Espanha real, assim como diferenciou a minoria de espanhóis politizados e a outra maioria que ficou mais de 30 anos alheia aos problemas políticos do país. E questiona até que ponto é possível mobilizá-la (esta minoria) e fazer com que ela inicie um processo democrático e pacífico.

A ousadia de José Aumente não terminou nas críticas ao governo, ele também citou Karl Marx em seu artigo. Utilizando-se de uma tese de Marx (1970) (que acredita que nenhuma sociedade cria trabalhos para os quais já não existam condições necessárias e suficientes para sua execução), afirmou que, a opção democrática, que estava surgindo na sociedade

* Afirmação que pode ser observada desde o início do seu governo, quando negava alinhamento ideológico com o fascismo e, posteriormente, quando implantou a Lei Orgânica de Estado (citada anteriormente).

* José Aumente, ironicamente, apresenta uma nova versão dos “demônios familiares” à apresentada juntamente à Lei Orgânica, por Franco. Este classifica o espírito anárquico, a crítica negativa, a falta de solidariedade, o extremismo e a inimizade mútua como os tais demônios, mencionando, por fim, como fora de tal classificação, os partidos políticos, que são intrinsecamente maus.

espanhola, era uma opção que só existia, por ser possível a sua realização. Dessa forma, Aumente utilizou citações e pensamentos de um autor, cujas obras e ações não eram bem vistas pelo franquismo, para explicar que a Espanha já tinha características que lhe davam o potencial de iniciar uma democracia, bastava que esta começasse.

Na parte final do artigo, incentivou a população a se preparar para a mudança. Além de explicar de que parte da sociedade deveria partir essa iniciativa:

La segunda consideración es que esta preparación de la fuerza democrática ha de partir desde abajo, desde la base, y a todos los niveles y en todos los sectores, movilizand o a esos grupos, cada día más numerosos, de españoles que están tomando conciencia de esa ‘opción de alternativa’ (TRIUNFO, 1975: 51).

Assim que o governo tomou conhecimento do conteúdo do artigo, iniciou um processo de multa e suspensão (de quatro meses) da *Triunfo*, que aconteceu em setembro, cinco meses depois da publicação do texto de Aumente. Por consequência disso, a morte de Franco, em novembro do mesmo ano, não pôde ser comentada pela revista, pois esta estava suspensa até janeiro de 1976.

É importante salientar que o texto de Aumente não foi o único que causou suspensão ou multa para a revista. Tanto os editoriais da *Triunfo*, quanto os artigos produzidos por jornalistas e colaboradores, tiveram, principalmente, a partir de meados da década de 60, uma posição ideológica bastante forte. Com a morte do ditador essa crítica ao governo apenas intensificou-se, visto que, a partir daquele momento, seria possível falar mais abertamente sobre a maioria dos assuntos. Se, por um lado, isso beneficiou a escrita dos jornalistas, que não mais precisariam utilizar códigos; por outro, a publicação passou a ser rechaçada pelos leitores, que estavam acostumados a terem que desvendar metáforas para compreender o que o texto tinha como objetivo. A partir do final da década de 70, a *Triunfo* foi apenas mais uma revista a escrever criticamente sobre política e sociedade.

Assim como a publicação de Ezcurra, nos primeiros anos da transição democrática, diversos veículos (*Cuadernos para el Diálogo*, *La Actualidad Española*, *La Calle*, *Gaceta Ilustrada* (FONTES; MENÉNDEZ, 2004: 55), entre outros) foram fechados – principalmente por conta do aumento dos custos, da diminuição da difusão e da redução das publicidades. A *Triunfo* teve determinante importância na propagação dos valores democráticos e princípios de

liberdade para a população, ainda mais levando em consideração o contexto ditatorial e as restrições que a Espanha vivenciava. A revista conseguiu superar parte das diversidades financeiras, mas, o que Ezcurra e sua publicação não tiveram como sobrepujar foi o desinteresse dos leitores em relação a ela.

CONCLUSÃO

Por meio da análise do artigo “¿Estamos preparados para el cambio?” e de sua comparação com a história e os objetivos da *Triunfo* é possível perceber por que o texto foi publicado nesta revista e não em qualquer outra. As palavras de José Aumente divulgam conceitos e trabalham com uma temática (a mudança política e social), que, mesmo o psiquiatra afirmando no texto acreditar que a maioria das pessoas não está preparada para a mudança, não deixa de publicá-lo, com o intuito de incentivar que a minoria intelectualizada e politizada dos espanhóis pense sobre o assunto e, até mesmo, fomente as ideias presentes no artigo. Este foi de determinante importância para o período que a Espanha estava vivendo (último ano do franquismo), no qual era preciso, para que a mudança fosse possível, que os meios de comunicação fizessem a divulgação de ideias consideradas subversivas e, até mesmo, revolucionárias. Apenas dessa forma, parte da população teria a oportunidade de politizar-se e, de fato, preparar-se para a mudança que estava por vir. Ao chamar a massa, a partir das camadas menos favorecidas, passando por toda a sociedade, José Aumente afirmava que a mudança só seria possível com a colaboração de todos.

Através do texto também é possível perceber uma quebra com o modelo que até então era comum: apenas escrever sobre problemas de outros países (como foi o caso de Portugal, que teve sua ditadura comentada pela revista). José Aumente não respeitou tal padrão, trabalhando, de forma bastante crítica, com um tema nacional, sem fazer uso da história de outros países para isso.

Assim, apesar de toda a censura imposta à imprensa, alguns veículos conseguiram se destacar e propagar conceitos e ideias contra o franquismo. A *Triunfo* é apenas um exemplo de veículo que conseguiu, até certo ponto, burlar as proibições do regime.

Por fim, a mudança tão descrita e aclamada por José Aumente aconteceu apenas alguns meses depois, em novembro de 1975, quando Francisco Franco morreu. A partir de então, teve início

um período chamado transição democrática, no qual, foi necessário que a população refletisse sobre as mesmas questões apontadas pelo psiquiatra em seu artigo. A democracia propriamente dita só aconteceu em 1982, quando ocorreram as eleições democráticas e, subiu ao poder, Felipe González, candidato do partido socialista (PSOE).

Referências Bibliográficas

CARR, Raymond. *España 1808-1975*. Barcelona: Ariel, 2003.

COMELLAS, José Luis. *Historia de España Moderna y contemporanea*. Madrid: Rialp, 1979.

DUEÑAS, Gonzalo. *La ley de prensa de Manuel Fraga*. Paris: Ruedo Ibérico, 1969.

EZCURRA, José Ángel. “Crónica de un empeño dificultoso”. In: ALTED, Alicia; AUBERT, Paul (org). *Triunfo en su época*. Madrid: Pléyades, 1995.

FONTES, Ignacio; MENÉNDEZ, Manuel Ángel. *El parlamento de papel: las revistas españolas en la transición democrática*. Madrid: APM, 2004. Tomo I.

GRECIET, Esteban. *Prensa y poder en las Asturias del Franquismo: memoria de un periodismo de anticipación democrática*. Asturias: Grupo Norte, 1996.

INSTITUTO DE LA OPINIÓN PÚBLICA. *Estudio sobre los medios de comunicación de masas en España*. Madrid: 1965. v. 1.

MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. v. 2.

MORADIELLOS, Enrique. *La España de Franco (1939-1975)*. Madrid: Síntesis, 2000.

ORTIZ, Enrique Bordería. *La prensa durante el franquismo: represión, censura y negocio*. Valencia: Fundación Universitaria San Pablo C.E.U, 2000.

SINOVA, Justino. *La censura de prensa durante el franquismo*. Barcelona: Random House Mandadori, 2006.

Fonte Documental:

TRIUNFO. Madrid: Prensa Periódica, nov. 1971 a abr. 1975.